

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.988 - RS (2019/0189419-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : NATANAEL DOS SANTOS ABREU (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **NATANAEL DOS SANTOS ABREU**, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no **Agravo em Execução n. 70081326696**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções deferiu o pleito do paciente de detração de pena reconhecendo "*apenas para fins de término de pena, sem que importe em redução para cálculo de benefícios*" (fl. 52).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, de acordo com o v. aresto de fls. 78-87, assim resumido por sua ementa:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO MINISTERIAL PEDIDO DE DETRAÇÃO DEFERIDO NA ORIGEM. PROCESSOS DIVERSOS. PRISÃO CAUTELAR ANTERIOR AO FATO PELO QUAL O APENADO CUMPRE A PENA. IMPOSSIBILIDADE. PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DESTA 5ª CÂMARA CRIMINAL, DO 3º GRUPO CRIMINAL E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NESSE SENTIDO. RESSALVA DE ENTENDIMENTO PESSOAL DO RELATOR. Recurso provido."

No presente **writ**, a Defensoria Pública Estadual, ora impetrante,

Superior Tribunal de Justiça

alega que "ao analisar o relatório da vida carcerária do paciente, constata-se que ele faz jus ao benefício da detração no que tange aos períodos nos quais esteve preso provisoriamente por fatos anteriores (ao que foi condenado)" (fl. 4).

Aduz que "o tempo em que o apenado permaneceu preso durante o processo, seja em razão de prisão em flagrante, preventiva ou temporária, ou permaneceu internado em hospital de custódia ou em tratamento psiquiátrico, será descontado do tempo da pena (ou medida de segurança) imposta no final da sentença" (fl. 5).

Sustenta que o instituto da detração é o modo pelo qual o Estado repara o grave dano causado ao cidadão preso injustamente, por isso, deve ser interpretado da forma mais ampla possível, a fim de se coadunar com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Requer, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja cassado o v. acórdão ora combatido.

O pleito liminar foi **indeferido** às fls. 96-99.

As informações foram prestadas às fls. 103-130.

O **Ministério Público Federal**, às fls. 136-141, manifestou-se pela denegação da ordem, conforme parecer assim sumariado:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. PERÍODO DE PRISÃO PREVENTIVA POR CRIME DIVERSO E ANTERIOR AO FATO PELO QUAL O REEDUCANDO ATUALMENTE CUMPRE A PENA. PRECEDENTES. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. **Pretório Excelso**, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso

Superior Tribunal de Justiça

adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

A defesa pretende, em síntese, obter a cassação do v. aresto ora reprochado a fim de restabelecer o **decisum** de primeiro grau que deferiu a detração do período de **12/8/2015 a 16/12/2015**, em que permaneceu preso provisoriamente em decorrência de feitos anteriores.

Para a adequada delimitação da **quaestio**, confira-se como foi consignado no v. acórdão do agravo em execução, **verbis** (fls. 83-86):

"Provejo o recurso, ressaltando meu entendimento pessoal.

Começo por dizer que o óbice invocado no arrazoadado não encontra previsão legal, a meu sentir. Os defensores do óbice edificado por jurisprudência e doutrina argumentam que a detração do tempo de prisão provisória, cumprida antes da data do fato que originou a condenação, na qual imposta a pena por abater, poderia gerar um 'crédito em conta corrente' e garantir imunidade penal para crime em perspectiva, servindo como fator criminógeno. Ainda que não se tenha notícia de algum precedente nessa linha, a preocupação não pode ser tida como despropositada.

Cogito de hipótese ainda mais grave, sugerida pelo famoso caso dos Irmãos Naves. Após cumprir a pena pelo homicídio inexistente, o irmão sobrevivente estaria autorizado a matar a falsa vítima? Ou ele poderia ser novamente condenado a cumprir pena por um fato em relação ao qual antes já resultara condenado e cumprira pena, se não houvesse ingressado com ação revisional? Claro, a questão é um tanto mais complexa e, à primeira vista, não se confunde com a detração.

A dificuldade não reside no argumento, bastante ponderável em si, mas no uso que dele é feito. Com base em tão incomuns hipóteses, criou-se óbice inexistente no texto legal, forçando a interpretação restritiva onde não é recomendado fazê-lo. O melhor uso para o tão percuciente argumento é verificar se houve semelhante fenômeno em concreto e, tendo havido, negar a detração casuisticamente. De modo muito simples, resulta solvida a questão.

Depois, veja-se, o artigo 42 do Código Penal nada refere a respeito de prisão injusta, ele apenas garante que o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa e de internação psiquiátrica no curso da execução penal sejam aproveitados, ou seja, computados como tempo cumprido de pena privativa de liberdade, em qualquer processo, não apenas naquele em que houvessem sido impostas. E a previsão era mesmo necessária, pois a prisão provisória não se confunde com a definitiva. A garantia é de

Superior Tribunal de Justiça

proveito e o único óbice: duplo proveito.

Todavia, estou a ressaltar meu entendimento pessoal sobre o tema, pois ele foi pacificado na Câmara, no Grupo Criminal e nos Tribunais Superiores, como já o fiz no julgamento do agravo em execução nº 70072144355, ocorrido em sessão do dia 08 de fevereiro de 2017, ao acompanhar a ilustre relatora, Des^a. Cristina Pereira Gonzales, a quem peço vênia para reproduzir seus fundamentos como razão de decidir aqui, nos termos que seguem: (...).

Assim, como o período detraído é anterior ao fato que deu origem à pena em execução, provejo o recurso.

POSTO ISSO, voto no sentido de prover o recurso ministerial, para revogar a decisão recorrida, cassando a detração deferida."

Como visto, não assiste razão à impetrante.

Nos termos do art. 42 do Código Penal, computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

Inicialmente, consigne-se que é firme o entendimento jurisprudencial desta Corte no sentido de que é inviável aplicar-se a **detração** em relação aos crimes cometidos posteriormente à **custódia cautelar**, cujo lapso temporal se pretende descontar.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. ART. 42 DO CP. DETRAÇÃO. TEMPO DE PRISÃO PREVENTIVA CUMPRIDA EM AÇÕES PENAIS DIVERSAS. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO. CÔMPUTO DO PERÍODO DE CUSTÓDIA PROCESSUAL NA PENA EM CURSO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME PRATICADO EM DATA POSTERIOR À SEGREGAÇÃO CAUTELAR.

1. A detração do tempo de segregação preventiva efetivada em processo diverso somente pode ocorrer se o crime pelo qual se cumpre pena atualmente for anterior ao período pleiteado.

2. Na espécie, o período de prisão processual que se pretende descontar se refere ao ano de 2010, ao passo que o crime pelo qual o recorrido cumpre pena atualmente foi praticado somente em 29-11-2011. Ausência de direito ao benefício.

Superior Tribunal de Justiça

3. *Precedentes de ambas as Turmas da 3ª Seção do STJ.*

4. *Recurso especial a que se dá provimento para restabelecer a decisão de piso que indeferiu o pedido de detração" (REsp n. 1.493.990/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 15/12/2014).*

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. (1) AGRAVO EM EXECUÇÃO JULGADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. (2) DETRAÇÃO. PRISÃO PROCESSUAL QUE PERDUROU NO PERÍODO DE 24/2/2006 A 1/3/2006. EXECUÇÃO RELATIVA A CRIME PERPETRADO EM DATA POSTERIOR. INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA "CONTA-CORRENTE". FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. (3) HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. *Na hipótese em apreço, inexistente flagrante ilegalidade, pois é admitida a detração em relação a fato diverso daquele que deu azo à prisão processual; contudo, somente em relação a delitos anteriores à segregação provisória, sob risco de se criar uma espécie de crédito contra a Justiça Criminal. Precedentes.*

3. *Habeas corpus não conhecido" (HC n. 276.391/RS, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/8/2014).*

No caso, o paciente pretende obter a detração na pena ora em execução, relativa a delito cometido em **7/3/2016**, do período de **12/8/2015 a 16/12/2015**, em que esteve detido cautelarmente em decorrência de feitos anteriores.

É patente que, na hipótese, o título condenatório presentemente em execução se refere a crime que foi cometido posteriormente ao período de prisão cautelar decretada em outro processo, que se pretende descontar, razão pela qual não se aplica, ao presente caso, o instituto da detração.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

